

TC 028.081/2014-5

Tipo: tomada de contas especial

Unidade jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Mombaça/CE

Responsáveis: José Wilame Barreto Alencar (CPF 249.061.073-20); Titan Comércio e Serviços de Construções Ltda. – ME (CNPJ 08.634.927/0001-95); e o Município de Mombaça/CE (CNPJ 07.736.390/0001-01).

Procurador: não há.

Interessado em sustentação oral: não há.

Proposta: preliminar

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada contra o Sr. José Wilame Barreto Alencar (CPF 249.061.073-20), ex-Prefeito Municipal de Mombaça/CE (Gestões 2005-2008 e 2009-2012), em razão da impugnação total das despesas do Convênio 128/2008 (Siafi 652576), firmado entre o Ministério da Integração Nacional-MI e a Prefeitura Municipal de Mombaça/CE.

HISTÓRICO

I. Resumo do pronunciamento da Unidade Técnica realizado na peça 37

2. O referido convênio tinha por objeto a construção de 169 Cisternas de Placas no município de Mombaça/CE, mediante recursos financeiros da ordem de R\$ 250.000,00 da parte da concedente, bem como R\$ 7.801,05 da parte do convenente, perfazendo o montante de R\$ 257.801,05, conforme se verifica do Termo de Convênio (peça 2, p. 328-342). A vigência do instrumento estendeu-se de 31/12/2008 a 20/12/2010, tendo como prazo para a apresentação da prestação de contas final a data 18/2/2011 (peça 3, p. 20).

3. Os recursos federais foram liberados por meio de uma única ordem bancária, depositada na agência 0758-7, conta corrente 23034-0, do Banco do Brasil (peça 2, p. 466):

Ordem Bancária	Data do crédito	Valor (R\$)
2010OB802538	17/6/2010	250.000,00

4. O ex-Prefeito, Sr. José Wilame Barreto Alencar (Gestões 2005-2008 e 2009-2012), encaminhou, em 6/6/2011, a documentação alusiva à prestação de contas do ajuste, contendo os seguintes documentos, complementados, posteriormente em 29/7/2011 (peça 3, p. 104-252):

Documento	Localização
Relatório de execução físico-financeira	Peça 3, p. 106-108
Relatório de Execução da receita e da despesa	Peça 3, p. 110
Relação de pagamentos	Peça 3, p. 112
Relação de bens	Peça 3, p. 114
Conciliação bancária	Peça 3, p. 116
Termo de aceitação definitiva da obra	Peça 3, p. 118
Relatório de cumprimento do objeto	Peça 3, p. 120
Declaração de guarda de documentos fiscais	Peça 3, p. 122

Termo de Convênio	Peça 3, p. 124-140
Plano de Trabalho Aprovado	Peça 3, p. 142
Extratos bancários	Peça 3, p. 144-166
Notas fiscais, recibos	Peça 3, p. 168-170
Licitação, Contrato	Peça 3, p. 172-210
Guia de recolhimento do saldo de recursos	Peça 3, p. 252

5. Encaminhada a prestação de contas, o MIN, por meio de sua Secretaria Nacional de Defesa Civil, realizou visita técnica nas obras do convênio e emitiu o Relatório de Inspeção 37/2011, de 21/12/2011, no qual constaram as seguintes informações (peça 3, p. 270-282):

a) o Secretário de Obras da Prefeitura, Sr. Roque Almeida Siqueira, informou que o convênio não foi executado em sua totalidade. Das 169 cisternas previstas no convênio, foram apresentadas apenas 12 cisternas correspondentes à lista dos beneficiários;

b) em relação as 12 cisternas vistoriadas, foi observado que todas elas se encontram incompletas, faltando tampas, instalação de tubos e calhas ou estão inacabadas, todas elas, portanto, sem funcionalidade e sem atingir o benefício social esperado;

c) por fim, concluiu-se pela não aprovação da execução física do convênio e pela necessidade de se restituir a integralidade dos recursos repassados.

6. O Ministério da Integração Nacional emitiu ainda o Parecer Financeiro 318/2012, não aprovando a execução dos recursos do convênio e sugerindo a instauração da competente tomada de contas especial pelo montante integral dos recursos federais repassados, abatendo-se, na oportunidade, os R\$ 7.871,99 recolhidos pelo conveniente a título de saldo de recursos em 27/7/2011 (peça 3, p. 326-330).

7. Instaurada a competente tomada de contas especial, o tomador de contas emitiu o relatório 45/2012, de 14/12/2012, imputando ao Sr. José Wilame Barreto Alencar, o dano apurado no valor integral dos recursos repassados, abatido da quantia já ressarcida a título de saldo de convênio, em razão da não aprovação da execução física do objeto do convênio (peça 3, p. 342-352).

8. Na instrução inicial desta Unidade Técnica (peça 4), foram feitas algumas considerações que poderiam alterar o encaminhamento dado pelo concedente:

a) o motivo para a glosa dos serviços realizados se deu em razão da não execução de 157 cisternas e da execução incompleta de 12 cisternas, que se encontravam sem funcionalidade em razão dos serviços não executados;

b) dessa forma, considerando que a empresa contratada, Titan Com. Serv. Construções Ltda. (CNPJ 08.634.927/0001-95), havia recebido o montante de R\$ 250.000,00 pela execução dos serviços, tendo se beneficiado, portanto, indevidamente pelo pagamento por serviços não executados, deveria ser chamada também a compor o polo passivo da avença em solidariedade com o ex-Prefeito;

c) e com a solidariedade da empresa, o débito deveria ser imputado no valor do pagamento realizado de R\$ 250.000,00, atualizado a partir da data do efetivo pagamento em 3/1/2011;

d) também foi possível verificar a partir dos extratos bancários da conta específica, que após o crédito da ordem bancária em 17/6/2010, os recursos foram indevidamente debitados por meio de transferências e, posteriormente, creditados novamente na conta antes do pagamento à empresa contratada:

Data	Tipo	Histórico	Valor (R\$)
17/6/2010	Crédito	Ordem Bancária	250.000,00
1/7/2010	Débito	Transferência on line	10.000,00
9/7/2010	Débito	Transferência on line	240.000,00

5/8/2010	Débito	Transferência on line	800,00
1/12/2010	Crédito	Transferência on line	7.900,00
1/12/2010	Débito	Transferência on line	7.900,96
30/12/2010	Crédito	Transferência on line	250.000,00
3/1/2011	Débito	Transferência on line (citada na relação de pagamentos)	250.000,00
20/1/2011	Crédito	Transferência on line	7.000,00
21/1/2011	Débito	TED	6.995,00

e) por fim, no Relatório de Inspeção 37/2011 do concedente, restou consignado que, das 169 cisternas previstas no plano de trabalho, apenas 12 foram apresentadas correspondentes à lista de beneficiários, o que deixa margem de dúvida se outras cisternas poderiam ter sido construídas com recursos do convênio, mas fora da lista inicial de beneficiários.

9. Dessa forma, preliminarmente, propôs-se a realização de diligência ao Ministério da Integração Nacional solicitando a realização de nova inspeção *in loco* nas obras do convênio e a emissão de relatório que constasse, no mínimo, as seguintes informações:

a) quantidade de cisternas executadas integralmente, com funcionalidade e beneficiando a comunidade, de acordo com a lista de beneficiários inicial aprovada;

b) quantidade de cisternas executadas parcialmente, mas que estão cumprindo a sua função social apesar dos serviços não executados, de acordo com a lista de beneficiários inicial aprovada (neste caso deve ser calculado o custo dos serviços não executados);

c) quantidade de cisternas executadas parcialmente, mas que não estão cumprindo a sua função social, de acordo com a lista de beneficiários inicial aprovada (custo integral das cisternas);

d) quantidade de cisternas executadas integralmente, com funcionalidade e beneficiando a comunidade, no entanto, em desacordo com a lista de beneficiários inicial aprovada (verificar se é possível aferir se as unidades foram de fato executadas com recursos do convênio em tela);

e) quantidade de cisternas executadas parcialmente, mas que estão cumprindo a sua função social apesar dos serviços não executados, e que estão em desacordo com a lista de beneficiários inicial aprovada (neste caso deve ser calculado o custo dos serviços não executados e verificado se é possível aferir se os serviços foram de fato executados com recursos do convênio em tela);

f) quantidade de cisternas executadas parcialmente, mas que não estão cumprindo a sua função social, e que estão em desacordo com a lista de beneficiários inicial aprovada (verificar se é possível aferir se os serviços foram de fato executados com recursos do convênio em tela);

g) quantidade de cisternas não executadas;

h) após a apuração, quantificasse novamente o valor da glosa.

10. Além disso, foi proposto ainda a realização de diligência ao Banco do Brasil, solicitando cópia dos documentos que identifiquem os credores das transferências realizadas a débito da conta específica do convênio:

Data	Tipo	Histórico	Valor (R\$)
1/7/2010	Débito	Transferência on line	10.000,00
9/7/2010	Débito	Transferência on line	240.000,00
5/8/2010	Débito	Transferência on line	800,00
1/12/2010	Débito	Transferência on line	7.900,96
3/1/2011	Débito	Transferência on line	250.000,00
21/1/2011	Débito	TED	6.995,00

11. Em resposta à diligência, o Ministério da Integração Nacional encaminhou Relatório de Visita Técnica datado de 12/5/2015, e cuja vistoria ocorreu no período de 27 a 30/4/2015, contendo as seguintes informações (peça 12):

a) a equipe de fiscalização só conseguiu vistoriar 60 cisternas durante o período em que esteve no município, devido às longas distâncias a serem percorridas, além da precariedade das estradas vicinais; e ressaltou que uma nova fiscalização seria necessária a fim vistoriar as demais cisternas pagas com recursos do convênio;

b) das 60 cisternas vistoriadas, todas elas estavam completas e em condições normais de utilização (vide anexo fotográfico), no entanto, 26 delas foram entregues a beneficiários diferentes da lista inicialmente apresentada junto ao Ministério e sem a aprovação deste;

c) tendo em vista que as cisternas não apresentavam nenhuma identificação do convênio ou do órgão repassador dos recursos, a equipe procurou identificar por meio de entrevistas se as cisternas vistoriadas eram de fato àquelas pagas com recursos do convênio;

d) tendo em vista que a vistoria realizada foi apenas parcial, a equipe não se pronunciou sobre um novo valor a ser glosado.

12. O Banco do Brasil, por sua vez, enviou uma planilha contendo a identificação dos credores das transferências *on line* e da TED realizadas a débito da conta específica do convênio:

Data	Histórico	Valor (R\$)	Beneficiário	CPF/CNPJ
1/7/2010	Transf. on line	10.000,00	P.M. Mombaça	07.736.390/0001-01
9/7/2010	Transf. on line	240.000,00	P.M. Mombaça	07.736.390/0001-01
5/8/2010	Transf. on line	800,00	P.M. Mombaça	07.736.390/0001-01
1/12/2010	Transf. on line	7.900,96	Ana Amélia de Alencar - ME	07.519.445/0001-21
3/1/2011	Transf. on line	250.000,00	P.M. Mombaça	07.736.390/0001-01
21/1/2011	TED	6.995,00	Titan Com. e Serviços de Construções Ltda.	08.634.927/0001-95

13. Em análise à documentação encaminhada, esta Unidade Técnica entendeu, na instrução acostada à peça 15 dos presentes autos, que as novas informações colhidas junto ao Ministério da Integração Nacional e junto ao Banco do Brasil, retratavam uma realidade totalmente diferente daquela inicialmente apresentada, uma vez que o novo relatório de visita técnica apresentado pelo MIN não apresentava irregularidades que ensejassem a glosa de despesas, no que concerne a execução física do objeto do convênio em exame, tendo em vista que a entrega de cisternas a beneficiário diverso da lista originalmente aprovada não constitui desvio de finalidade, mas mero desvio de objeto, cabendo nesses casos, conforme a jurisprudência desta Corte, apenas a ressalva nas contas do responsável.

14. A mesma instrução ressaltou, no entanto, que, da documentação encaminhada pelo Banco do Brasil, foi possível confirmar uma série de movimentações indevidas na conta específica do convênio e que, apesar de constar na prestação de contas, especificamente na Relação de Pagamentos (peça 3, p. 112), que a transferência *on-line* do dia 3/1/2011, no valor de R\$ 250.000,00, se destinou ao pagamento da empresa Titan Comercio e Serviços de Construções Ltda. ME, observa-se a partir da planilha do Banco do Brasil S.A que tal transferência foi realizada a crédito da própria Prefeitura de Mombaça/CE, na conta 8871, Ag. 758, do Banco do Brasil, rompendo, desta forma, o nexo de causalidade financeiro na execução dos recursos e justificando, assim, a glosa dos valores desviados.

15. Além disso, apesar de não constarem na Relação de Pagamentos constante da Prestação de Conta (peça 3, p. 112), observa-se na planilha encaminhada pelo Banco do Brasil, registros de duas transferências (pagamentos), uma no valor de R\$ 7.900,96, ocorrida em 1/12/2010, tendo como credora a empresa Ana Amélia de Alencar Macedo ME; e outra, no valor de R\$ 6.955,00, realizada em 21/1/2011, creditada por meio de TED à empresa Titan. Ressalte-se que para fazer face a tais

transferências, foram realizados dois depósitos na conta específica do convênio, em 1/12/2010 e 20/1/2011, e tais pagamentos não possuem lastro documental que os justifique.

16. A referida instrução desta Unidade Técnica (peça 9), concluiu que o rompimento do nexo de causalidade financeiro do convênio configurava irregularidade que enseja a responsabilização do ex-prefeito que geriu os recursos, o Sr. José Wilame Barreto Alencar, solidariamente ao Município de Mombaça/CE, haja vista, ter sido ele o beneficiário das transferências realizadas a partir da conta corrente específica, no montante de R\$ 250.000,00, devendo o débito ser atualizado a partir das duas primeiras transferências indevidas da conta específica do convênio, propondo, ao final, a citação dos responsáveis identificados pelo débito abaixo apurado:

Tipo (D/C)	Data	Valor (R\$)
Débito	1/7/2010	10.000,00
Débito	9/7/2010	240.000,00

17. A tabela abaixo resume o resultado das citações realizadas:

Responsável	Ofício	AR/DOU	Resposta
José Wilame Barreto Alencar	1437/2015 (peça 17)	Devolvido	Revel
	Edital 101/2015 (peça 24)	Peça 25	
Município de Mombaça/CE	1972/2015 (peça 26)	Peça 29	Peça 27

18. Ressalte-se ainda que o Ministério da Integração Nacional, em complementação à diligência realizada anteriormente, encaminhou cópia de novo relatório de visita técnica às obras do convênio (peça 35).

19. A tentativa de citação do Sr. José Wilame Barreto Alencar por meio do Ofício 1437/2015, dirigido ao endereço constante da base CPF da Receita Federal, mostrou-se infrutífera, tendo em vista a devolução da comunicação por parte dos correios; e, diante do esgotamento das tentativas de localização de novos endereços para o responsável, foi promovida a sua citação por meio do Edital 101/2015, publicado no DOU 149 de 6/8/2015 (peça 25).

20. Transcorrido o prazo regimental fixado e mantendo-se inerte o aludido responsável, impõe-se que seja considerado revel, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

21. O Ministério da Integração Nacional encaminhou a esta Unidade Técnica, em complementação à resposta anteriormente enviada em resposta à diligência, cópia do Relatório de Vistoria Técnica 2015_077 (peça 35, p. 8-21), do Relatório de Vistoria Técnica 2015_081 (peça 35, p. 22-33), bem como Parecer Técnico 2015_436 (peça 35, p. 34-43), todos formulados pelo Departamento de Reabilitação e Reconstrução – DRR, área técnica da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sedec do MIN, cujas informações importantes estão abaixo resumidas:

a) a vistoria técnica que fundamentou a emissão do Relatório 2015_077, ocorreu no período de 17 a 18/6/2015, tendo a equipe do Ministério conseguido fiscalizar 42 cisternas diferentes das 60 já fiscalizadas anteriormente;

b) algumas cisternas foram construídas em moradias que foram abandonadas pelos proprietários, mas tais cisternas foram consideradas no cálculo da equipe por terem entendido como normal o abandono de residências na área rural em busca de regiões mais desenvolvidas ou por falecimento de seus moradores;

c) das 42 cisternas fiscalizadas, 14 foram entregues a beneficiários diversos da lista inicialmente aprovada (ressalte-se, no entanto, que nesse número estão incluídas cisternas transferidas para parentes ou vizinhos, bem como aquelas construídas do local inicialmente aprovado, mas cujo proprietário faleceu ou mudou-se);

d) das 42 cisternas fiscalizadas, apenas uma não foi executada integralmente, tendo o morador desta unidade informado que não foi entregue/instalado o sistema de captação de águas pluviais (calhas e tubos) e que a cisterna é abastecida por meio de “cacimbão” com a água de um açude que fica a aproximadamente 150m da residência e, portanto, vem cumprindo, de alguma forma, sua função social;

e) a vistoria técnica que fundamentou a emissão do Relatório 2015_081, por sua vez, ocorreu no período de 20 a 23/7/2015, tendo a equipe do Ministério conseguido fiscalizar outras 29 cisternas, totalizando 131 cisternas vistoriadas nas três visitas;

f) das 29 cisternas fiscalizadas, todas integralmente construídas, 7 foram entregues a beneficiários diversos da lista inicialmente aprovada;

g) apesar de ter sido detectado duas cisternas com infiltração e vazamento, os técnicos do MIN salientaram que tais ocorrências não podem ser atribuídas a defeitos construtivos, considerando ainda que cerca de 7 anos se passaram entre a celebração do convênio e data da fiscalização;

h) as demais cisternas pagas com recursos do convênio, num total de 38, não foram localizadas, e o relatório sugeriu a glosa das cisternas não executadas que alcançou o montante de R\$ 56.213,02;

i) o Parecer Técnico 2015_436, por sua vez, apenas concentra os resultados e conclusões das três vistorias realizadas e conclui que das 169 cisternas previstas e pagas com recursos do convênio, 131 foram consideradas concluídas e estão alcançando os objetivos esperados, mas 38 cisternas não foram executadas, resultando numa glosa de R\$ 56.213,02, em valores originais.

22. Em atenção à citação realizada, o Sr. Ecildo Evangelista Filho, atual prefeito do Município, informou que foram tomadas as providências cabíveis visando o resguardo do patrimônio público, visto que entrou com uma ação de ressarcimento na justiça, requerendo que o prefeito anterior viesse ressarcir ao município o valor impugnado em vista das irregularidades apontadas, das quais só tomou conhecimento por ocasião da fiscalização do Ministério da Integração Nacional, em abril de 2015, já que houve o acompanhamento de funcionários da prefeitura;

23. Já no que diz respeito às retiradas de recursos da conta específica para outra conta da prefeitura, informa que tentou obter explicações com o ex-prefeito, mas dado o fato de que o mesmo parecia não ter conhecimento dos fatos, recorreu então ao tesoureiro e contador da prefeitura à época, que não se disponibilizaram a dar informações alegando “que eram muitas contas e que a administração das contas bancárias era feita em conjunto, mas que não dava para identificar especificamente o que ocorreu em cada uma delas.

24. Adicionalmente, informou que a equipe da contabilidade da prefeitura faria um rastreamento dos recursos liberados para a conta específica, identificando se todas as saídas e, principalmente, as ocorrências/movimentações da conta da prefeitura para a qual os valores foram transferidos

25. Em sua instrução, o auditor ressaltou que, em que pese o Ministério da Integração Nacional entender que deva ser glosado somente a importância de R\$ 56.213,02, alusivo às cisternas não executadas, há que se registrar que o rompimento do nexos causal entre os recursos repassados pelo concedente e os serviços executados, configurado pela transferência irregular dos recursos da conta específica para a conta da Prefeitura de Mombaça/CE, justifica a glosa do montante integral desviado, para os quais já houve citação do município e do ex-prefeito, absorvendo assim, o débito levantado pelo MIN.

26. E como o atual prefeito não apresentou em sua defesa nenhuma informação comprovando o nexos entre os recursos repassados, as obras realizadas e os pagamentos efetuados, propôs a rejeição

das alegações de defesa apresentadas pelo Município com a fixação de novo e improrrogável prazo para que os responsáveis recolhessem o débito apurado.

27. No entanto, pedindo vênias o Diretor divergiu da proposta alvitrada pelo auditor conforme a seguir:

a) de fato, a transferência de recursos da conta específica para outra conta do município demonstra que o pagamento para a empresa executora das obras, se ocorreu, não foi realizado a partir da conta específica do convênio, configurando desvio de recursos em benefício do Ente Federado, o que fundamentou a correta citação do Município e do ex-Prefeito e, diante da rejeição das alegações apresentadas pelo primeiro, com a qual concordo, e da revelia do segundo, deve o Tribunal condená-los em débito pelo valor indevidamente desviado. Nesse ponto, não há discordância;

b) no entanto, o fato do débito alusivo ao desvio de recursos alcançar a totalidade dos recursos repassados, tal fato, por si só, não absorve o débito alusivo a inexecução parcial das obras objeto do convênio. Inicialmente porque caso esta Corte venha a considerar elidido o débito alusivo a transferência indevida de recursos, seja por ocasião da decisão de mérito, seja em sede de recursos, ainda persistiria o débito alusivo à inexecução parcial do objeto, para o qual, no entanto, ainda não houve citação dos responsáveis;

c) além disso, o débito alusivo à inexecução parcial não apresenta os mesmos responsáveis daquele levantado pela transferência indevida de recursos, devendo, no caso da inexecução parcial, ser chamado a compor o polo passivo, além do ex-Prefeito gestor dos recursos, a empresa responsável pelas obras que recebeu indevidamente por serviços não executados;

d) tendo em vista que já houve citação válida do município e do ex-Prefeito pela irregularidade alusiva a transferência irregular de recursos, deve ser promovida, nesse momento, apenas a citação do ex-Prefeito e da empresa executora pelos serviços que deixaram de ser executados, cujo débito, no valor original de R\$ 56.213,02, deve ser atualizado a partir da data em que a empresa alega ter recebido pelos serviços executados, ou seja, 3/1/2011.

EXAME TÉCNICO

II. Análise da situação atual da presente tomada de contas especial.

28. Esta secretaria de controle externo realizou duas citações:

a) a primeira citação teve o débito original calculado pela impugnação total dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional-MI para a Prefeitura Municipal de Mombaça/CE no valor de R\$ 250.000,00 porque foi informado pelo Banco do Brasil S.A que os tais recursos foram transferidos da conta específica 23034-0 do Convênio 128/2008 (Siafi 652576) para a outra conta corrente 8871, ambas da agência 0758-7, e ambas tendo como titular a própria Prefeitura Municipal de Mombaça/CE o que caracterizou o rompimento do nexo de causalidade na aplicação dos recursos;

b) a segunda citação teve o débito original calculado pelo valor parcial de R\$ 56.213,02, determinado por três vitorias realizadas pelo órgão concedente que concluiu que das 169 cisternas previstas e pagas com recursos do convênio, 131 foram consideradas concluídas e estão alcançando os objetivos esperados, mas 38 cisternas não foram localizadas e consideradas não executadas.

29. Tendo em vista que a empresa Titan Comércio e Serviços de Construções Ltda. ME não foi incluída como responsável na primeira citação foi realizada a segunda citação com tal objetivo, mas restrita ao débito parcial de R\$ 56.213,02 devido a partir da data em que a empresa alegou ter recebido pelos serviços executados, ou seja, 3/1/2011.

30. O débito parcial de R\$ 56.213,02 da segunda citação atualizado monetariamente no período de 3/1/2011 até 1/1/2013 é R\$ 63.368,94, inferior a R\$ 75.000,00 para dispensa de

instauração da tomada de contas especial previsto na hipótese do art.6º, inciso I da Instrução Normativa –TCU nº 71 , de 28/11/2012 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013.

31. Acho incompatível a coexistência das duas citações porque não são suplementares.

32. Talvez o serviço de contabilidade da prefeitura tenha achado conveniente, necessário e oportuno incorporar os recursos federais no valor de R\$ 250.000,00 na receita orçamentária municipal com a transferência da conta específica 23034-0 do Convênio 128/2008 (Siafi 652576) para a outra conta corrente 8871, ambas da sua titularidade municipal da agência 0758-7 do Banco do Brasil.

33. Se de fato a prefeitura efetuou o pagamento à empresa Titan Comércio e Serviços de Construções Ltda. ME conforme alegado em recibo no valor de R\$ 250.000,00, em 3/1/2011, então há prova documental da transferência bancária informada na relação de pagamentos e no extrato que o Banco do Brasil enviou para esta secretaria, isso descaracterizará o rompimento do nexo de causalidade na aplicação dos recursos que fundamenta a primeira citação (peça 3, p. 112,158,168).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

34. Sendo assim, proponho ao Tribunal, preliminarmente, nos termos do art. 11 da Lei 8.443/1992 a realização de diligência endereçada à Prefeitura Municipal de Mombaça/CE para que encaminhe a esta secretaria a prova documental da informação bancária da transferência ocorrida em em **3/1/2011** no valor de R\$ 250.000,00 da conta corrente **8871** da agência 0758-7 do Banco do Brasil que identifique como beneficiário a empresa Titan Comércio e Serviços de Construções Ltda. ME (CNPJ 08.634.927/0001-95), referente ao pagamento da construção de 169 Cisternas de Placas objeto do Convênio 128/2008 (Siafi 652576), firmado entre o Ministério da Integração Nacional-MI e a Prefeitura Municipal de Mombaça/CE, cuja vigência estendeu-se de 31/12/2008 a 20/12/2010.

Fortaleza, 24 de Agosto de 2016

(Assinado eletronicamente)

Juscelino Oliveira de Brito

AUFC – Mat. 2552-6